

Revisão do orçamento tem votação adiada novamente

por Marta Salomon
de Brasília

Sem acordo nem quórum no Congresso Nacional, ficou adiada para a semana que vem a votação do projeto de lei da revisão orçamentária. O impasse em torno da votação mantém bloqueados nos cofres do governo há mais de dois meses Cr\$ 2,5 trilhões — a maior parte destinada à manutenção da máquina administrativa da União. "Dá para esperar até semana que vem", disse a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, segundo relato do deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS).

Em telefonema à ministra, Ponte transmitiu a expectativa dos líderes partidários de que será possível a votação do orçamento na próxima terça ou quarta-feira. O secretário-executivo do Ministério, Eduardo Teixeira, havia fixado prazo até ontem: se os parlamentares não votassem o projeto, o governo

decretaria estado de calamidade pública no País e liberaria os recursos através de medida provisória.

Dúvidas sobre a constitucionalidade da manobra poderiam fazer da edição de uma medida provisória orçamentária o estopim de uma nova crise entre o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. O PSDB, PDT e PT anunciaram que recorreriam imediatamente ao Supremo Tribunal Federal contra a medida. A Constituição só prevê a abertura de créditos orçamentários sem prévia aprovação do Congresso em casos urgentes e imprevisíveis como "guerra, calamidade pública ou comoção interna". O líder da maior bancada de aliados do governo, o deputado Ricardo Fiuza (PFL-PE), também desaconselhou a edição da medida provisória.

Enviado no final de julho ao Congresso Nacional, o projeto da revisão orçamentária teve sua votação condicionada à apreciação da política salarial. Desde

então, partidos aliados do governo e a oposição não chegaram a um acordo para a votação "simbólica" do projeto.

Sem acordo dos líderes, o governo fica dependendo da presença em plenário de, no mínimo, 248 deputados e 38 senadores: a autorização para liberar os recursos poderá ser dada por maioria simples de votos na casa. O PT e o PDT garantiram ontem que não vão obstruir a votação desde que haja quórum.

O projeto sofreu pequenas mudanças na Comissão Mista de Orçamento do Congresso com o aval do governo. O relator, deputado João Alves (PFL-BA), remanejou Cr\$ 3 bilhões da reserva de contingência (dotação para gastos urgentes e imprevisíveis) para o atendimento de projetos nas bases eleitorais dos deputados e senadores. Alves também foi o autor da proposta de editar o orçamento via medida provisória.